

Parte IV - Usted preguntará por qué cantamos

“Um Robespierre rio-platense e um Danton tupiniquim?” — episódios da análise institucional no Rio de Janeiro

Heliana de Barros Conde Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, HBC. “Um Robespierre rio-platense e um Danton tupiniquim?” — episódios da análise institucional no Rio de Janeiro. In JACÓ-VILELA, AM., CEREZZO, AC., and RODRIGUES, HBC., orgs. *Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 168-190. ISBN: 978-85-7982-061-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

“UM ROBESPIERRE RIO-PLATENSE E UM DANTON TUPINIQUIM?” — EPISÓDIOS DA ANÁLISE INSTITUCIONAL NO RIO DE JANEIRO*

Heliana de Barros Conde Rodrigues **

Depois de alguma frequência a encontros, simpósios ou seminários, qualquer integrante de mesa-redonda se torna extremamente cauteloso. Afinal, a tantas assistiu nas quais os participantes “expõem seu negócio” sem qualquer intercessão¹, que passa a aspirar a algo distinto. Neste sentido, preocupei-me de tal forma com o tema geral desta mesa, com os temas particulares das companheiras e com a articulação de tudo isso com meu próprio objeto de pesquisa —a história da Análise Institucional no Brasil—, que chego a recear que a quantidade de considerações preliminares a estabelecer supere em volume as intermediárias, quiçá as finais! Paciência... Se este for o caso, ao menos não nos sentiremos parte da constituição de um novo aglomerado de falações sobre as hegemonias no campo *psi*, que correm o risco, quase invariavelmente, de redundar em mera instauração de renovadas hegemonias (neste próprio campo ou em outros assemelhados).

Sendo curto nosso tempo de exposição, cria-se o paradoxo, pois as pesquisas históricas que vimos desenvolvendo inscrevem-se, geralmente, no modelo das longas durações². Não necessariamente porque o período

* Este artigo corresponde ao material preparado para apresentação na mesa-redonda *Instituições e hegemonia psi*, no II Encontro Clio-Psyché (16 a 18/11/1999). Em função da escassez do tempo concedido a cada participante, não foi possível, naquele momento, expor a maior parte de seu conteúdo. Optamos por manter o plano original, no intuito de deixar registrados os pontos polêmicos que se pretendia pôr em análise junto às companheiras de mesa.

¹ O termo *intercessão*, conforme o estamos utilizando, deriva do conceito deleuziano de *intercessor*. Nesta linha, menos do que a uma interlocução, em que cada um dos participantes “reflita sobre” a fala do outro, à maneira de uma troca de ideias em busca de alguma verdade essencial, aspira-se a criar um *movimento*: “linhas melódicas estrangeiras umas às outras e que não cessam de interferir entre si” (DELEUZE, 1992: 156).

² A expressão *longas durações*, conforme manejada neste trabalho, apoia-se na introdução a *A arqueologia do saber* (Foucault, 1987: 3–20). Ali se relativiza bastante a oposição entre

abarcado seja secular em extensão —o desta mesa se estenderia, no máximo, às décadas de 60/70—, mas por se afastarem do “agitado” paradigma dos decretos (associados a governantes–autores) e dos enfrentamentos globalizantes (ligados a comandantes–mentores) sequencialmente datados —história–comemoração, história–homenagem, história–reconciliação³—, para buscar, nas permanências das forças em jogo, na produção repetida dos sentidos e das codificações, nos rearticulados gritos vencedores a transformar em sussurros, murmúrios ou mesmo silêncios as vozes dos vencidos, o processo efetivo de constituição de nosso *presente* —aquilo que, historicamente (e, portanto, contingencialmente), temos sido e/ou ainda somos.

Paralelamente, a fim de elaborar tal tipo de história —*genealogia* ou *ontologia do presente*, como prefere Foucault (1983)—, não há como ignorar a aventura do *atual*⁴. Somente as novas ficções políticas que nos desprendem, ainda que parcial ou momentaneamente, do que temos sido e/ou ainda somos, permitem ficcionar histórias que ainda não existem —ou, ao menos, não existiam—, porque delas somos (ou éramos) apenas elementos, experimentando-as como “quase-naturezas”. Daí, também, certas características deste Encontro Clio-Psyché. Nele se apresentam muitos trabalhos que seriam ditos “não historiográficos”, caso adotássemos o sentido hegemônico do termo historiografia. Ou seja, trabalhos que versam sobre discursos e práticas desinstitucionalizantes no percurso recente da Psicologia brasileira, que inventam políticas e, com isso, nos facultam ficcionar novas histórias —exatamente as histórias críticas de

continuidade e descontinuidade (busca de fixidez *versus* procura de ruptura), em benefício da ênfase em uma *história–construção* (*versus* história–relato ou história–rememoração).

³ Sinto-me dispensada de maiores explicações sobre este tipo de narrativa histórica, visto estarmos a poucos passos dos “500 anos do ‘descobrimento’ do Brasil”.

⁴ O estabelecimento de uma produtiva distinção entre o *presente* e o *atual*, devemos a Deleuze (1989: 190–191): “O atual não é o que nós somos, mas, de preferência, o que nos tornamos, isto é (...) nosso devir-outro. Em todo dispositivo, é preciso distinguir (...) a parte da história e a parte do atual”. Esta diferenciação nos parece análoga à enunciada por Foucault (1984) entre a *análise histórica propriamente dita* e a *dimensão experimental* da mesma, ambas imprescindíveis para a constituição de uma *atitude crítica* em face do presente.

nossos modos instituídos de constituição enquanto sujeitos de conhecimento, poder e ética. Nas belas palavras de Michel Foucault (1980: 75), “ficciona-se uma história partindo de uma realidade política que a torna verdadeira”; e, um pouco mais adiante, “ficciona-se uma política que ainda não existe partindo de uma verdade histórica”. Sendo inseparáveis os dois movimentos, tanto as ações/intervenções que se anunciam rupturais quanto os discursos explicitamente historicizantes representam, em nossa perspectiva, as duas faces indispensáveis do encontro entre Clio e Psyché.

Nesta linha, o problema que me proponho a abordar —pois esta é também uma história de problemas ou mesmo *história-problema*⁵ enquanto termo composto— se insere nas duas faces citadas. Isto porque a Análise Institucional⁶ pretende-se, simultaneamente, como experimentação histórico-concreta de ruptura e como discurso investigativo necessariamente desnaturalizador, contingenciador ou historicizante dos modos de constituição das instituições⁷. Prática e saber nada hegemônica, ela se tem visto ultimamente relegada quer aos murmúrios dos vencidos quer ao esquecimento ativo, ou mesmo a coadjuvante um tanto “fora do lugar” no interior de histórias-problema outras —as da Psicanálise, em particular.

Esta última eventualidade não consiste necessariamente em uma falsificação⁸, conquanto redunde, quase sempre, em atenuação ou

⁵ A construção da narrativa histórica com base em problemas formulados a partir do presente é característica da Escola dos Anais desde a sua fundação, na França, ao final dos anos 20. Representa um dos procedimentos por ela adotados para afastar-se da história política de tipo positivista, com seus pressupostos realistas. A este respeito, pode-se consultar Febvre (1993), Dosse (1992) e Burke (1991).

⁶ Ao longo deste texto, utilizamos *análise institucional*, *institucionalismo* e *movimento institucionalista* em sentido análogo; isto é, remetendo a um mesmo objeto.

⁷ Por *instituições* estamos designando a fixação, em formas, das forças de produção de qualquer realidade, o que redunde na proeminência das dimensões de *registro* e *consumo* sobre a própria dimensão da *produção-criação*. Quanto a esta definição, ver Deleuze (1988: 83) e Lourau (1978: 136).

⁸ O vínculo entre as histórias da Psicanálise e da Análise Institucional pode ser sugerido através de uma observação brincalhona, conquanto precisa, que me foi feita há anos por Osvaldo Saidón, num momento em que eu preparava uma aula a partir da pergunta “quais as

amortecimento de algumas das questões mais importantes que o movimento institucionalista se tem esforçado por promover. Assim, propor a elaboração de uma história da Análise Institucional no Brasil representa uma tentativa de não subordinar, *a priori*, as inquietações que o institucionalismo possa ainda vir a instaurar, ao percurso aparentemente “agitado”, mas quase invariavelmente calcado na vertente da tranquilização/legitimação, daquilo que já possui arqueologia, história e até mesmo, talvez, pós-história... — para fazer referência ao título da apresentação de Jane Russo⁹.

O problema envolvido na construção de uma história da Análise Institucional em nosso país se multiplica quando nos deparamos com a ausência quase completa de documentação, no sentido tradicional do termo. Em uma analogia um tanto exagerada com a historiografia dos grupos populares, das minorias, dos dominados¹⁰, ela não tem registros escritos ou os tem escassamente¹¹. Faz-se imprescindível, por conseguinte, o recurso às fontes orais, ou provocadas, com todas as reticências metodológicas que tal procedimento provoca, ainda mais, como no meu caso, quando se é agente-participante do que se pretende investigar.

Foi exatamente em uma dessas incursões “oralizantes” —uma entrevista recente com Armando Bauleo, um dos fundadores do Grupo Plataforma Argentino¹²— que busquei o “gancho” para estabelecer uma conexão aos trabalhos de minhas companheiras de mesa. Bauleo me “conta

contribuições da Psicanálise à Análise Institucional?”. Disse-me ele então: “A grande contribuição são os agentes, quase todos ex-psicanalistas!” A este respeito, ver Rodrigues, 1992.⁹ Ver RUSSO, J. “A Pós-Psicanálise: entre Prozac e Florais de Bach”, neste volume.

¹⁰ Sobre a importância desta problemática para a constituição do campo da *história oral*, ver Ferreira (1994) e Thompson (1992).

¹¹ A escassez de documentação escrita a que nos referimos remete a normas organizacionais, regulamentos, atas de eventos *etc.* Paralelamente, dispõe-se de uma razoável bibliografia institucionalista (livros e artigos), bem como de uma boa quantidade de material publicado pela imprensa.

¹² Plataforma Argentino: primeiro grupo de psicanalistas a romper com a International Psychoanalytical Association (IPA) por razões declaradamente políticas. Ocorrida em 1971, tal ruptura, em função de um bastante antigo “Mercosul das ditaduras militares”, redundou em exílios forçados de membros, discípulos e simpatizantes de Plataforma, fazendo de alguns deles agentes da história do institucionalismo em nosso país.

sua vida” —qual o título do interessante livro de Jorge Balán¹³— e frisa ter sido sempre “muito estudioso”: “Até hoje, quando alguém telefona e pergunta o que estou fazendo, às vezes respondo que ‘estou estudando’. As pessoas se surpreendem e retrucam: que é isso, Armando, não se fala mais assim depois de terminar a faculdade! No máximo, se diz ‘estou lendo’...”

Pois também eu andei “estudando”, nas últimas semanas, alguns dos escritos de Ana Cristina Figueiredo e Jane Russo. Da primeira, uma dissertação de mestrado, datada de 1984, pioneira no campo da história do movimento psicanalítico brasileiro das últimas décadas —*Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro 1970–1983*—, bem como o mais recente *Vastas confusões e atendimentos imperfeitos* (1997), tese de doutorado que põe em cena (e em análise) os “PPPês” —psicólogos, psiquiatras e psicanalistas— do instigante título da apresentação de hoje¹⁴. De Jane, andei visitando o artigo “Uma leitura antropológica do mundo *psi*”, incluído no livro que resultou do I Encontro Clio-Psyché (JACÓ-VILELA *et al.*, 1999) e, com isso, provavelmente começando a fazer a história de nossa história...

Darei início à discussão apoiando-me no trabalho de Jane para reportar-me, simultânea ou sucessivamente, aos de Ana Cristina. Esclareço que fomos as três, durante muitos anos, companheiras no Departamento de Psicologia de uma universidade privada, onde ensaiamos implantar uma formação cujos princípios, embora elaborados de maneira rigorosa, por vezes se viam, de forma jocosa, sintetizados nas seguintes aspirações: garantir que, ao final do primeiro período do curso, os alunos estivessem

¹³ Ver BALÁN, J. *Cuéntame tu vida. Una biografía colectiva del psicoanálisis argentino*. Observe-se que “Cuéntame tu vida” foi o título dado na Argentina ao filme *Spellbound*, de Alfred Hitchcock, datado de 1945 e estrelado por Ingrid Bergman (no papel de uma psicanalista) e Gregory Peck (no papel, a princípio, de desmemoriado paciente). Tal título serviu a Balán para dar a seu livro uma tripla conotação: a da importância da Psicanálise como fenômeno cultural; a de solicitação de associações livres a um paciente; a de uma história baseada em fontes orais. Quanto ao filme, o tradutor brasileiro optou pelo título, sem dúvida menos sugestivo, embora mais romântico (ou mesmo piegas), “Quando fala o coração”.

¹⁴ Ver Figueiredo, A.C., “Os “PPPês”: profissionais *psi* nos serviços de saúde mental”, neste volume.

certos de que a Psicologia nem sempre existira; de que tampouco sempre houvera uma Psicologia no Brasil; e, principalmente, de que a Psicologia não representaria “a verdadeira sabedoria”, superior aos demais conhecimentos, apenas estes lamentavelmente tão imperfeitos¹⁵... Tudo isto cria um campo de coimplicação com a temática desta mesa que, seguramente, favorecerá uma confrontação que nos faculte pensar/agir/ser diferentemente do que temos feito —fator indispensável para continuar a viver neste mundo do pensamento unitário (único e totalitário).

Em seu artigo, depois de caracterizar brevemente o *boom psi* (especialmente psicanalítico) dos anos 70 no Brasil, Jane assim se refere a um momento de encontro entre os intelectuais do campo *psi* e a literatura socioantropológica e/ou antipsiquiátrica:

Dentre as questões que eram problematizadas estavam a difusão da psicanálise e outras teorias ou práticas *psi*; a medicalização/psiquiatrização do social; o atendimento psicológico às classes populares; a demanda por atendimento *psi*; de um modo geral, a história das práticas *psi* (RUSSO, 1999: 68).

Tais problematizações instauradoras, na provocativa metáfora utilizada pela autora, de uma verdadeira “lua-de-mel” entre *psis* e cientistas sociais, vão, ainda segundo ela, paulatinamente arrefecendo. Dando seguimento por nossa conta à metáfora, embora ainda apoiados no texto, entendemos que o casamento se desfaz não muito depois da primeira noite, quando *Psyché* já extraiu de seu suposto amado aquilo de que necessita, como arma, para as disputas particulares em seu próprio campo, no qual obtém um favorável rearranjo. Em uma grande síntese marcada por nossa própria ironia e que se arrisca a não fazer inteira justiça à argumentação incluída no artigo ora examinado, diríamos que o olhar desencantado do

¹⁵ Esta última aspiração significava, a nossos olhos, a reversão de uma perspectiva surgida com frequência nas provas de alunos que se candidatavam à transferência para a Universidade onde trabalhávamos. Em uma delas, em particular, a candidata afirmava ser a Psicologia “o verdadeiro saber”, enquanto os demais campos representariam “meros conhecimentos”. Para este relato, lanço mão da memória, à maneira dos entrevistados sob o paradigma da história oral.

antropólogo e/ou o desnaturalizador do historiador nos servem, povo *psi*, para afirmar: (1) que a IPA (International Psychoanalytical Association) tem uma compreensão burocratizada da transmissão psicanalítica e, portanto, não necessitamos mais dela, podendo criar nossos próprios *locus* de formação (por mais que, *aggiornata*, ela agora nos abra as portas); (2) que a Psicanálise mesma nos oferece, saída de seu ventre invariavelmente revolucionário (senão, o que será de nós?), uma refundação lacaniana capaz de nos relegitimar enquanto psicanalistas críticos de quaisquer ingenuidades, adaptacionismos ou psicologismos do passado.

A partir deste panorama, por que não pedir divórcio às ciências sociais? Estas deixam de interessar, ainda mais porque podem, inclusive, ser retraduzidas no interior do campo psicanalítico refundado por Lacan: alguns “pequenos outros” e, principalmente, o “Grande Outro” nos dispensam das suspeitas históricas e antropológicas de que estejamos meramente *produzindo os* (e sendo *produzidos pelos*) objetos de nosso tratamento e/ou investigação. E se essa nova ortodoxia corre o risco de instalar renovadas hierarquias entre os “verdadeiros” e os “falsos” herdeiros/moedeiros do pensamento freudiano —como em 1984 já suspeita Ana Cristina, na conclusão de sua dissertação¹⁶—, pouco importa: está feita nossa Revolução Francesa (mas tão burguesa!) no interior do campo *psi*. Fiquem os cientistas sociais com a relativização, os antipsiquiatras com a crítica radical, os historiadores com suas inquietantes desnaturalizações: nós já temos a verdadeira maestria pela, e na, Psicanálise! Que este “narcisismo” —para utilizar seus próprios conceitos— esteja sujeito aos desafios da clínica —como novamente aponta Ana Cristina¹⁷—, é coisa de menor importância neste vai-e-vem centrífugo-centripeto¹⁸: se meu exterior

¹⁶ “O movimento desencadeado a partir das teorias de Lacan toma para si essa tarefa de exercer a função de uma nova ortodoxia (...). As outras ‘psicanálises’ deverão ser imediatamente destacadas e sumariamente desqualificadas (...)” (FIGUEIREDO, 1984: 141).

¹⁷ “Correndo o risco de uma certa leviandade, diríamos que essa proposta atende sobretudo ao narcisismo dos psicanalistas que é atingido diariamente pelo próprio desafio da clínica” (FIGUEIREDO, 1984:143).

¹⁸ Em Figueira (1981), este movimento aparece como um “mecanismo peculiar” da teoria psicanalítica desde a sua emergência: ela absorve fenômenos heterogêneos através de um

—o histórico, o social, o cultural, o político...— pode sempre ser recodificado em meu interior, quem ousará desafiar-me?; ao menos durante umas boas décadas, já que o Antigo Regime psicanalítico, figurado por frágeis kleinismos e psicologias do ego, que de tão débeis necessitavam lançar mão de algo “fora” deles (o histórico, o social, o cultural, o político...), resistiu por tanto tempo...

Intrigada com tão simples fim de paixão —se é assim, que fazemos nesta mesa, neste evento?—, decido estudar a mim mesma. Na coletânea em que se encontra o artigo de Jane, releio um texto de minha autoria —“A oficina da história: método e ficção”— em que se divisa um cenário diferente: movimentos sociopolíticos, em lugar de casamentos falidos; novos personagens, ao invés de releituras; alianças, em alternativa a hierarquias; descentramentos e perdições, em que não se está casado (e dependente?) nem divorciado (e autossuficiente?), mas transformado (e transtornado).

A partir daquele momento [final dos anos 70] encontramos novos personagens, ou companheiros. No plano discursivo, os escritos de Foucault, Castel, Deleuze, Guattari, Lourau, Lapassade, Goffman — para citar apenas meus principais encontros—, bem como aqueles das vibrantes antropologia urbana e história crítica da psiquiatria brasileira nos transformaram (...) de aspirantes à maestria na ‘fabricação de interiores’, em ‘mestres da suspeita’ quanto a nossos próprios dizeres e fazeres, sempre suscetíveis de nos configurar enquanto ‘guardiães da ordem’, ‘empresários morais’, ‘alugadores de orelhas’ ou (...) ‘psico-tiras’ (RODRIGUES, 1999: 41).

O fragmente citado não se apega a qualquer redistribuição de hierarquias no interior do campo *psi*. É, ao contrário, conduzido, pela mediação de uma referência às ações desinstitucionalizantes de Basaglia, a um presente em que as relações entre as intervenções *psi* e a justiça social

movimento centrífugo e sobre eles exerce uma homogeneização explicativa mediante um movimento centrípeto. Julgamos, porém, que esta alegada “vocaçào” (FIGUEIRA, 1981: 305) seria mais bem analisada caso a encarássemos na qualidade de *dispositivo* —rede estratégica articulada de discursos e práticas que configura o que se torna dizível e visível enquanto formação sócio-histórica (cf. FOUCAULT, 1979: 244). Neste caso, menos do que como *capacidade* —a ser reconhecida/respeitada— o vai-e-vem centrífugo-centrípeto poderia emergir como simples *limite* —a ser historicizado/contingenciado e eventualmente transgredido.

se fazem multiplicidade e pergunta, abandonando as sendas, até então, inabaláveis das afirmações autolegitimadoras e autoglorificantes (cf. RODRIGUES, 1999: 42).

Por que motivo somos, Jane e eu, levadas por caminhos discursivos tão diferentes? Uma resposta possível seria atribuir-me uma grande ingenuidade de avaliação. Não acredito nesta solução simplista e grosseiramente psicologista (ou politicista). Julgo, outrossim, que nesse momento —final da década de 70— se abrem duas histórias-problema distintas, embora entrecruzadas: a primeira permanece no interior dos limites, conquanto ampliados, das continuidades psicanalíticas; a segunda, se não inicia propriamente a trajetória da Análise Institucional no Brasil¹⁹, “dá a partida” aos galopes desenfreados do que gosto de apelidar *caballos do diabo*²⁰, em uma referência mais que simbólica à visita de Lapassade a nosso país, em um remoto 1972, quando, prosseguindo com a metáfora turfística, já se fazia o *canter* —galope ligeiro, de apresentação dos cavalos ao público, antes do páreo— do institucionalismo.

Por tais galopes desenfreados é responsável, em fração substancial, aquela que costumo denominar “segunda geração de argentinos”. Não porque se diferencie da primeira pelas pessoas abarcadas —alguns nomes podem ser comuns—, mas pelas circunstâncias políticas, históricas, conceituais e estritamente institucionais envolvidas, tornando-a bem distinta daquele vai-e-vem²¹ da primeira metade da década de 70, quando a primeira

¹⁹ Já na década de 60 alguns intelectuais brasileiros desenvolvem perspectivas institucionalistas. Em uma enumeração não exaustiva, vale fazer referência a Chaim Katz e Marco Aurélio Luz, no Rio de Janeiro, e a Celio Garcia, em Belo Horizonte. Sobre o papel deste último na Universidade, ver MACHADO, M.M., “Práticas pedagógicas da psicossociologia nos anos 60/70”, neste volume.

²⁰ *Les chevaux du diable* é o título do livro de Georges Lapassade, publicado em Paris em 1974, na forma de uma espécie de “diário de campo” relativo à estada no Brasil.

²¹ Em analogia com o tema do vai-e-vem centrífugo–centrípeto anteriormente focalizado, vale mencionar a diferenciação que Percia (1989), atento ao problema do pensamento grupalista argentino, estabelece entre duas tendências: a de *aplicação* e a de *ruptura* ou *desvio*. No primeiro caso, trata-se de estender as ações clínicas da Psicanálise, “aplicando-a” aos grupos, para, qual um aluno “aplicado” —como se costuma dizer de um bom aluno—, regressar à instituição, prestando-lhe contas e relegitimando-a: “nunca haviam deixado de ser

geração aportava frequentemente em nosso país para responder às demandas que ela mesma ajudara a produzir²².

Em meio a esta segunda geração se destaca, sem dúvida, a presença de Gregório Baremlitt. Chega em março de 1977, em fuga diante da crescente escalada de violência que acabou por deixar 30.000 desaparecidos na Argentina como macabro saldo do período ditatorial. E é o próprio Gregório quem me dirige, em carta datada de 25/01/1999, a frase que utilizei para compor o título desta apresentação: “Guardadas as devidas distâncias, pensei muitas vezes que o dispositivo [IBRAPSI]²³ acabou distribuindo-se em uma espécie de contraponto entre um Danton tupiniquim e um Robespierre rio-platense, que teve consequências menos heroicas, contudo também algo menos cruéis que a revolução burguesa”.

Se também aqui se alude à Revolução Francesa, o aspecto frisado é bem outro que o por nós anteriormente utilizado com relação ao lacanismo. Munido da ruptura plataformista com a APA, da intensa participação sindical e política de muitos *psis* no país vizinho (e da suspeição de que foram conseqüentemente objeto, enquanto categoria²⁴), de férteis contatos com uma literatura de articulação entre Marx e Freud (estendendo-se do Politzer dos anos 20 aos então recentes trabalhos de Lourau ou de Deleuze e Guattari, passando por Reich, Bleger, Pichón-Rivière e a epistemologia

psicanalistas. Faziam assim uma viagem a parte alguma” (PERCIA, 1989: 67). No segundo caso, divisa-se uma brecha quanto ao funcionamento institucional unificante: “tentativa de inaugurar o grupai não subordinado a uma legalidade ou série de princípios explicativos únicos. Desvio quanto ao modelo de aplicação, saída da direção autorizada e entrada em outra encruzilhada de sentidos” (PERCIA, 1989: 68). A nosso ver, estas duas tendências esboçam com algum grau de clareza as características da primeira e segunda gerações, respectivamente.

²² Para um detalhamento da distinção entre as duas gerações de argentinos, ver Coimbra (1995) e Rodrigues (1999a). Para uma abordagem menos preocupada com a diferenciação, pois as incorpora *a priori* ao problema da difusão da Psicanálise, consultar Figueiredo (1984).

²³ Instituto Brasileiro de Psicanálise. Grupos e Instituições, organização fundada por Gregório Baremlitt, Luís Fernando Mello Campos e Chaim Katz, em 1978, da qual participei como aluna, professora e coordenadora de grupos operativos, de 1980 a 1983.

²⁴ Tanto durante a ditadura de Onganía quanto no decorrer do “Processo” ou “Guerra Suja”, Os *psis* foram encarados na Argentina como “subversivos em princípio” e, por conseguinte, bastante perseguidos. Para detalhes a respeito, consultar Perda (1989), Bauleo e Langer (1987) e Vezzetti (1987).

althusseriana), Gregório é um jacobino rio-platense, obsecado por transformar, em *trabalhadores* em Saúde Mental, os girondinos tupiniquins (ou “cariocas”, afinal é tudo nome indígena...), que já então se dividem entre a causa da Revolução e a da Restauração dos privilégios (que deveria comportar, é claro, uma “adequada” divisão do trabalho e das vantagens financeiras entre velhos e novos *professionais*).

Os episódios que têm marcado a trajetória desse Robespierre entre os Dantons é razoavelmente conhecida²⁵: os bem-sucedidos grupos de estudo²⁶; a intervenção institucional no CESAC (Centro de Estudos de Antropologia Clínica²⁷); a criação do IBRAPSI, um instituto de formação em Psicanálise e Análise Institucional, sob o paradoxal regime de propriedade privada; a promoção do I Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições²⁸; as polêmicas midiáticas com os representantes da Associação Brasileira de Psicanálise (destacando-se a com Leão Cabernite, analista didata de triste figura²⁹); a veloz expansão da Clínica Assistencial do IBRAPSI, que chegou a atender cerca de 500 pacientes por ano; a formação

²⁵ Receio, contudo, que os mais jovens a desconheçam quase inteiramente: o passado é uma zona asperamente disputada. conforme nos adverte Chesneaux (1995: 24).

²⁶ Segundo me diz em entrevista o próprio Gregório, não muito tempo depois de sua chegada ao Rio de Janeiro, já possuía cerca de 200 alunos. Sempre irônico e crítico, acrescenta: “Eu era uma espécie de combinatória de Jacques Alain Miller com Che Guevara”.

²⁷ Para apreciar algumas das análises efetuadas por Baremlitt, consultar Katz (1984: 291–294), que transcreve trechos do “Informe diagnóstico, prognóstico y indicación reorganizativa del Centro de Estudios en Antropología Clínica” (Rio de Janeiro, 1977).

²⁸ Realizado de 20 a 22 de outubro de 1978 nos salões do Hotel Copacabana Palace, na qualidade de primeiro evento promovido pelo IBRAPSI, contou com a presença, entre outros convidados internacionais, de Guattari, Basaglia, Castel, Szasz, Goffman e Becker, muitos em primeira visita ao Brasil.

²⁹ Consultar o *Jornal do Brasil* de 10/12/79, 1/2/80 e, especialmente, 4/6/80, no qual Cabernite declara, no que foi então considerada uma clara alusão a Baremlitt e ao IBRAPSI: “Uma ruidosa legião de psicopatas tomou de assalto a psicanálise”. Pouco tempo depois (setembro de 1980), durante o ciclo de debates “Psicanálise e Política”, promovido pela Clínica Social de Psicanálise, na PUC/RJ, um membro da plateia, ex-presos político, denuncia Amílcar Lobo, candidato da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) e analisando de Cabernite, como integrante da equipe de torturadores do DOI-CODI. Observe-se que tal denúncia havia sido feita anteriormente na edição argentina de *Cuestionamos* 2, sob o título “Algo más sobre tortura” (BAULEO e LANGER, 1973) e que a edição brasileira do mesmo livro (LANGER, 1977) não inclui o referido texto.

em massa, barata e aberta a todos os tipos de agentes de nível superior; as batalhas verbais, via *Folhetim* —caderno cultural da *Folha de S. Paulo*—, com o ex-sócio Chaim Katz³⁰; o polêmico processo de transformação do IBRAPSI em cooperativa; a saída de cerca de 50 membros, entre alunos, professores e coordenadores de grupo³¹; o declínio da organização (coincidindo, no tempo, com a Campanha das Diretas, no Brasil, e o processo de redemocratização, na Argentina); a mudança de Gregório para Belo Horizonte; a criação do Instituto Felix Guattari³²; o produtivo contato com sindicatos e associações em terras mineiras; e, sempre, as falas e publicações³³ provocativas e instigantes.

Uma exposição matizada de todo este processo excederia em muito o tempo/espço de que disponho. Por essa razão, limitar-me-ei a abordar uma situação que considero historicamente *analísadora*³⁴, visto que define com alguma nitidez, na forma como a apreendo, a diferença anteriormente assinalada entre meu texto e o de Jane. Trata-se de um percurso político-institucional que tem início com o chamado “Grupão”. Pelos idos do final de 1977, começam a reunir-se cerca de 50 pessoas —psicólogos, médicos, assistentes sociais e alguns já psicanalistas— para discutir a possibilidade de criar uma sociedade de formação alternativa às então existentes. Do “Grupão” participavam, como convidados, Gregório Baremlitt —recém-chegado ao Brasil— e Chaim Katz —“primeiro psicólogo a se ‘autorizar’

³⁰ Consultar, como exemplo, os números de 20/6/82 e 1/8/82.

³¹ Grande parte deste grupo fundará, em 1984, o Núcleo —Psicanálise e Análise Institucional, do qual fui participante.

³² Organização não governamental criada em Belo Horizonte (1995). Dedicar-se ao ensino, à pesquisa, às publicações e à prestação de serviços, tendo como base conceitual diversas correntes do movimento institucionalista, especialmente as ideias de Deleuze e Guattari.

³³ Dentre os livros escritos e/ou organizados por Baremlitt é possível destacar, em uma enumeração não exaustiva: Progressos e retrocessos em Psiquiatria e Psicanálise (Global, 1978); Grupos: teoria e técnica (Graal, 1982); O inconsciente institucional (Vozes, 1984); Ato psicanalítico, ato político (Segrae, 1987); Cinco lições sobre a transferência (Hucitec, 1991); Compêndio de Análise Institucional e outras correntes (Rosa dos Tempos, 1993); Introdução à Esquizoanálise (I.F.G., 1998).

³⁴ Analisador histórico: acontecimento no qual uma peculiar composição de forças favorece a análise coletiva das instituições em jogo. Contrapondo os analisadores aos analistas especializados, os institucionalistas gostam de afirmar que “a análise é feita pelos analisadores”.

psicanalista sem ter passado pelos rituais oficiais legitimadores dessa categoria profissional”, no dizer de Passos (1984: 78).

Chamado como “consultor” em função de sua experiência institucional na Argentina, Baremlitt, já no primeiro encontro, expõe o que julga serem as alternativas possíveis à formação ipeísta, pondo em cena dois caminhos: o do grupo lacaniano —que conhecia bastante bem, pois estudara com Oscar Masotta e fora, inclusive, signatário da ata de fundação da Escola Freudiana de Buenos Aires (EFBA), em 1974— e o inspirado em vertentes de Plataforma, que considerava o mais desejável. Este último paradigma institucional seria basicamente caracterizado por uma postura política de esquerda e pela incorporação de um multifacetado e significativo número de agentes³⁵, o que supostamente teria por efeito a desestabilização das sociedades oficiais, das quais, por sinal, se deveria recusar qualquer ingerência ou mesmo colaboração.

Depois de muitas reuniões e debates³⁶, o “Grupão” reduz-se a um “grupinho” —13 mulheres, todas psicólogas, e um homem, assistente social— que, em janeiro de 1978, fundam o NEFF (Núcleo de Estudos e Formação Freudiana). Dá-se imediatamente início ao processo de legalização, ao mesmo tempo que se contratam aulas de Teoria Psicanalítica (com Chaim Katz) e de Epistemologia Regional da Psicanálise (com Gregório Baremlitt), além de se colocarem em funcionamento os seminários clínicos e as assembleias institucionais.

³⁵ Este caminho inspirava-se na experiência do CDI (Centro de Docência e Investigação), organização formativa criada em Buenos Aires (1972) por iniciativa da CTSM (Coordenadoria de Trabalhadores em Saúde Mental), ativo núcleo político-sindical derivado da aliança entre a Federação Argentina de Psiquiatras, a Associação de Psicólogos, a Associação de Assistentes Sociais e a Agrupação de Psicopedagogos. A experiência do CDI desenvolveu-se muito produtivamente entre 1972 e 1975, quando começou a ser inviabilizada pelos constantes atentados por parte da “Triple A” (Aliança Anticomunista Argentina) e pelas repetidas invasões da polícia a sua sede (cf. SLAVUTZKY, 1983: 30–57). Baseado na experiência do CDI, Gregório chegou a fundar em Buenos Aires uma escola privada, a EPFSO (Escola de Psicologia Freudiana e Socioanálise), que teve curta duração, pelos mesmos motivos.

³⁶ Consultar, a respeito. Passos (1984: 80–93) e Baremlitt (1987: 47–52).

O projeto do NEFF incluía aspectos tais como a crítica à elitização do conhecimento psicanalítico; a busca de ampliação do campo, de modo que atendesse às necessidades da população brasileira; o rompimento com as hierarquias institucionais via funcionamento em regime autogestionário; e, com destaque, “o respeito ao ‘desejo’, considerado, segundo a proposta de trabalho do grupo, a regra básica do saber psicanalítico” (PASSOS, 1984: 81). Tratava-se, em suma, de uma espécie de “híbrido” entre os dois caminhos antes apresentados por Baremlitt: elite de profissionais desejantes e massa de trabalhadores de esquerda.

Não acompanharemos em detalhe os desdobramentos do percurso do NEFF, optando por ressaltar apenas dois movimentos cruciais, que convergem para um mesmo campo de análise histórico-política. Em primeiro lugar, antes mesmo que a organização fosse oficialmente fundada, ou seja, ainda nos tempos do “Grupão”, Baremlitt havia apresentado um projeto institucional para a criação do NEFI (Núcleo de Estudos e Formação Interdisciplinar), que não obteve suficiente adesão ou aglutinação de forças. Entre um F (freudiana) e um I (interdisciplinar), sem qualquer concessão de nossa parte à primazia do significante, delineavam-se as forças então em jogo: (a) o fechamento, a legitimação fundamentalmente conseguida entre o público erudito, a “distinção” (no sentido que dá ao termo Pierre Bourdieu); e (b) a explícita articulação com o campo social, cultural e político, em ruptura com o especialismo-profissionalismo-corporativismo-psi. Em segundo lugar, fortalecendo nossa visão de que “a historicidade que nos domina é belicosa, e não linguística” (FOUCAULT, 1979: 7), temos a ocorrência de outro episódio significativo.

Após a formação da primeira turma do NEFF, em reunião extraordinária convocada com o objetivo de discutir insatisfações com o curso de Epistemologia³⁷, 15 pessoas comunicam o desejo de abandonar o

³⁷ O curso já não era, então, ministrado por Baremlitt, que se retirara definitivamente do NEFF. A temática abordada afastara-se do marxismo, voltando-se para uma Introdução Geral à Filosofia (cf. PASSOS, 1984: 89).

NEFF, alegando que querem “estudar Psicanálise”³⁸, enquanto os demais prefeririam “fazer política” (cf. PASSOS, 1984: 91). Está assim atualizada uma categoria de acusação que, até os dias de hoje, será insistentemente manejada nas batalhas institucionais do campo *psi*. Dilacerado entre dois campos de atração e incapaz (ou incapacitado) para articulá-los ou imanentizá-los, o NEFF naufraga ao final de 1978.

Decidimo-nos pela exposição dos conflitos que fizeram ir a pique o NEFF, em lugar de abordar o percurso do próprio IBRAPSI, pois, a nosso ver, analiticamente mais importante do que as disputas que indubitavelmente também marcaram este último, é o confronto de forças que dá nascimento, ao final dos 70, tanto ao IBRAPSI quanto aos grupos lacanianos. Se o IBRAPSI esteve sempre mergulhado em contradições³⁹, mais vale, a seu respeito, priorizar um aspecto institucionalmente condicionante: fundou-se, resistiu seis anos, formou inúmeros agentes, publicou diversos livros, promoveu alguns simpósios e seminários, associou-se —não tanto quanto o desejado (ou desejável?)— a movimentos sociais, envolveu-se nas lutas pelos direitos humanos *etc.* Talvez possamos entender a relevância de tudo isso se nos recordarmos da resposta que Marie Langer, *La Pasionaria*⁴⁰ de Plataforma, deu a Enrique Guinsberg quando este lhe perguntou o que haviam conseguido, afinal, os contestadores de Plataforma diante da Associação Psicanalítica Argentina (APA). Mimi respondeu simplesmente: “(...) diante da APA, conseguimos sair, o que já *é bastante*” (LANGER *et al.*, 1987: 99–100; grifo nosso).

De um análogo “bastante”, que figura a saída de um dispositivo de antiprodução moldado pela *cadeia centrifugo-centrípeto* da instituição Psicanálise, se criaram as condições de existência do IBRAPSI e, segundo avalio, o efetivo desencadeamento da Análise Institucional no Rio de

³⁸ O grupo que traz este argumento se retira do NEFF e logo virá a fundar o IFP (Instituto Freudiano de Psicanálise).

³⁹ Para apreciar o debate em torno do IBRAPSI, comparar Katz (1984: 297–307) e Baremlitt (1987: 137–148).

⁴⁰ O apelido decorre da participação de Marie Langer, durante os anos 30, nas Brigadas Internacionais em defesa da República Espanhola. Para detalhes, consultar Langer *et al.*, 1987.

Janeiro. Ao perceber que esta afirmação quase figura uma topologia, prossigamos apelando a intercessores matemáticos.

Segundo diversos autores⁴¹, o *boom psi* dos anos 70, do qual ainda somos em parte herdeiros, poderia ser apreendido como um singular produto de dois fatores: a acelerada modernização das camadas médias urbanas das grandes cidades brasileiras e as aspirações da categoria dos psicólogos à legitimação psicanalítica. Creio, contudo, que faltam matizes e mesmo fatores outros a este produto: não só, no primeiro caso, uma maior politização do conceito de modernização —para a qual a articulação com o plano macro dos regimes ditatoriais autoritários desempenha papel preponderante⁴²— como, no último, o acréscimo de terceiros, quartos, ... enésimos elementos analíticos⁴³ que possam dar conta de decisões/adesões a campos (ou a “fora dos campos”) em relação aos regimes de verdade então vigentes ou em vias de invenção. Em nossa perspectiva, destes matizes e

⁴¹ Destacam-se, nesta linha, as análises de Figueira (1991), recentemente retomadas por Mezan (1998).

⁴² Esta especificação de matizes está há muito descrita nos textos de Katz (1977; 1984) e, mais recentemente, Coimbra (1995). No segundo destes trabalhos destaca-se a linha de análise intitulada “política de poder”. Nesta, a antes abstrata *modernização* urbana brasileira (com seus “quase neutros” desmapeamentos e remapeamentos, conforme teorizados por outros autores) se vê habilmente matizada pelo recurso à presença, especialmente a partir de 1968, das estratégias ditatoriais–autoritárias, agenciadas através da particularização (quase livre de disputas) das ofertas da academia e da mídia: “começa a cassação oficial selecionada dos professores ‘mais politizados’ e dos agentes *modernizadores* (*politicantes, historicistas*) dos saberes brasileiros acadêmicos (...) [Os meios de comunicação de massa] procurarão reprimir a política de sua produção, e isso é um *modo político de produzir* (...) Ora, para um país onde os *mais de 63% da população que vivem no meio urbano* já tinham tido uma experiência política, não bastava a produção do pensar despolitizante; havia que produzir algo que ficasse *no lugar da política* (...) as linguagens e saberes psicológicos” (KATZ, 1984: 288; grifos nossos).

⁴³ O historiador italiano Giovanni Levi revaloriza a oralidade (incluindo o biográfico) na prática historiadora, sugerindo que faculte “uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, (...) que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas” (LEVI, 1996: 180). Acreditamos que a incorporação, em nossa pesquisa, dos procedimentos da história oral permita, portanto, não só multiplicar os elementos analíticos (as regras, as normas) como apreender a diversificação das práticas apta a singularizar o percurso histórico do institucionalismo em nosso país.

fatores a acrescentar derivariam as histórias singulares, conquanto articuladas, da Psicanálise e da Análise Institucional no Brasil.

Concluindo esta apresentação, gostaria de propor algumas perguntas às companheiras de mesa, reafirmando meu intuito de estabelecer, agora afirmativamente, *intercessões* —planos que nos arrastem para fora das topologias preestabelecidas. Embora minhas tentativas venham em forma de indagações —o que não é, talvez, o melhor recurso—, estas devem ser entendidas como associações nem-sempre-tão-livres com os tortuosos caminhos até aqui delineados.

Em *Vastas confusões e atendimentos imperfeitos*, Ana Cristina relança, dirigindo-o aos profissionais da rede pública, o desafio da clínica ao narcisismo psicanalítico. Na seção dedicada ao “jogo dos 3 P”, referindo-se aos psicólogos, uma frase chama especial atenção:

Suponho que esses profissionais tiveram maior acesso à literatura referente aos estudos sociológicos e antropológicos sobre a chamada população de baixa renda e ainda permanecem sob o impacto *paralisante* de suas revelações que, sem dúvida, são fundamentais para se pensar a clínica. Entretanto, sabemos que ao clínico compete ir adiante de posse dessas informações, *sem, contudo, erigi-las à condição de instrumento clínico*. Esse *nunca foi o objetivo* dos cientistas sociais (FIGUEIREDO, 1997: 92; grifos nossos.).

Na falta de melhor instrumento, levanto algumas associações indagadoras: por que impacto paralisante?; o que são instrumentos clínicos?; que instância os delimita *a priori*?; por que motivo os estudos sociológicos e antropológicos (ou históricos, ou epistemológicos, ou filosóficos...) não podem, peremptoriamente, ser instrumentos analíticos na clínica?; qual teria sido, afinal, o objetivo dos cientistas sociais ao formularem reflexões sobre a população de baixa renda (bem como sobre a psicologização, a demanda de atendimento psi, a história das práticas *psi etc.*)?

Apoiada no último ponto, volto-me para Jane. Antes de propor perguntas, porém, devo reportar-me à conclusão de seu artigo, na qual se

faz referência a um conjunto de profissionais *psi* que teria mantido um razoável grau de diálogo com os antropólogos.

Refiro-me aos profissionais que trabalham no campo da psiquiatria — psiquiatras ou não— pretendendo uma visão crítica e política da prática psiquiátrica, vinculados ao movimento da chamada ‘Reforma Psiquiátrica’. Estabeleceu-se, a partir desse diálogo, todo um campo de estudo e pesquisa que se convencionou chamar de ‘Saúde Mental’, em que teorias e métodos antropológicos são amplamente utilizados a partir de seu potencial de crítica às instituições estabelecidas, às formas usuais de representação da doença mental *etc.* (RUSSO, 1999: 73).

Neste sentido, indago: que características político–institucionais teve a aproximação entre os cientistas sociais e os *psi* à época da lua-de-mel rapidamente interrompida?; que características político–institucionais tem o atual namoro (ou amizade) com os profissionais vinculados ao movimento da Reforma Psiquiátrica?; representa ele uma reminiscência dos tempos da lua-de-mel (namoros ou amizades podem resistir, embora casamentos se rompam) ou constitui um fenômeno totalmente novo quanto aos agentes envolvidos?⁴⁴; a duração, ou emergência, deste namoro não nos deveria levar a repensar as críticas apressadas tantas vezes dirigidas aos projetos de formação de *trabalhadores em saúde mental*?

Quanto ao último ponto, permito-me uma derradeira digressão. A literatura socioantropológica, sociopolítica ou sócio-histórica, bem como o otimismo prático e desinstitucionalizante da tradição basagliana em face do pessimismo instituído, e tantas vezes cínico, das teorias relativas ao psíquico ou subjetivo (portadoras da aparentemente inevitável, embora sempre móvel, dimensão *normal–patológico*) há muito nos conduziram a perspectivas bastante críticas quanto à vertente de controle–disciplinarização necessariamente involucrada pelo que se convencionou

⁴⁴ Ao falar em “agentes envolvidos”, refiro-me menos a pessoas concretas particulares —estas, evidentemente, podem (ou devem) ser outras— do que a linhas de *transmissão/formação* (noção bem menos vaga que a de influência).

chamar campo da “saúde mental”⁴⁵. Neste sentido, façamos da expressão “saúde mental” meramente o fundo para uma figura —os *trabalhadores* e, conseqüentemente, o *trabalho*. Prosseguindo nesta direção, ensaiemos levar às suas conseqüências mais radicais a frase que se segue⁴⁶:

Trabalho: aquilo que é suscetível de introduzir uma diferença significativa no campo do saber, ao custo de um certo esforço (...) , e com a eventual recompensa de um certo prazer, quer dizer, de um acesso a uma outra imagem da verdade (FOUCAULT *et al.*, 1989: 7).

Se é que ainda existe, e se é que deve continuar existindo Análise Institucional no Brasil, creio que seja sob esta égide. Nosso Robespierre rio-platense muitas vezes tentou transmiti-lo à maneira de uma cena do filme *Danton*, de A.Wajda, onde, conforme a recordo, uma criança deve repetir prontamente “liberdade, igualdade, fraternidade” ante a ameaçadora palmatória de um preceptor autoritário. Esta análise, todavia, fica para outra ocasião. Hoje, mesmo correndo o risco de alguma mitificação do personagem, quero terminar lembrando que muitas vezes Gregório também nos fez rir e pensar, ou pensar porque rimos muito. Em uma delas, quando de sua primeira estada em Buenos Aires após o exílio, ao dizer, no retorno ao Rio de Janeiro: “Los psicólogos argentinos tienen más miedo a Lacan que a la policia”. Não é uma boa jogada de *marketing*, mas não deixa de ser uma formidável advertência quanto a todas as mortíferas, por mais que sutis, relações institucionais conducentes a legitimações e hierarquias invalidadoras.

⁴⁵ A este respeito, consultar o trabalho “Organização de instituições para uma Psiquiatria Comunitária”, de Birman e Costa (1994), originalmente datado de 1976 (enquanto Relatório Oficial do Segundo Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil).

⁴⁶ Não ignoramos que Foucault e colaboradores se referem, em primeira instância, ao *trabalho de pesquisa*. Pensamos, no entanto, que a afirmação se presta igualmente a uma reflexão sobre as ações no campo da saúde mental. Em apoio a tal suposição, basta transcrever a última frase do artigo de Jane Russo: “Não se trata aí [atual diálogo dos profissionais *psi* com os antropólogos], é bem verdade, de uma leitura antropológica do mundo ‘*psi*’, mas do modo como a leitura antropológica pode, sem trair sua ética —que prevê sempre o estranhamento (e o desencantamento)— sustentar uma *prática crítica e transformadora*” (RUSSO, 1999: 73; grifos nossos).

Referências bibliográficas

- BALÁN, J. *Cuéntame tu vida. Una biografía colectiva del psicoanálisis argentino*. Buenos Aires: Planeta Espejo de la Argentina, 1991.
- BAREMBLITT, G. *Ato psicanalítico, ato político*. Belo Horizonte: Segrac, 1987.
- BAULEO, M.; LANGER, M. “Algo más sobre tortura” in LANGER, M (comp.) *Cuestionamos 2. Psicoanálisis institucional y psicoanálisis sin institución*. Buenos Aires: Granica, 1973.
- _____; _____. “À manera de epílogo: post-scriptum” in LANGER, M (comp.) *Questionamos —1971. Plataforma-Documento: ruptura con la A.P.A.* Buenos Aires: Búsqueda, 1987.
- BIRMAN, J.; COSTA, J.F. “Organização de instituições para uma psiquiatria comunitária” in AMARANTE, P (org.) *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994.
- BURKE, P. *A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.
- CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.
- COIMBRA, C.M.B. *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. “Qu’est qu’un dispositif?” in ASSOCIATION POUR LE CENTRE MICHEL FOUCAULT. *Michel Foucault philosophe*. Paris: Seuil, 1989.
- _____. “Os intercessores” in DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio/ Unesp, 1992.
- FEBVRE, L. *Combates por la historia*. Barcelona: Planeta-Agostini, 1993.

- FERREIRA, M.M. “História oral: um inventário das diferenças” in FERREIRA, M.M (coord.) *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FIGUEIRA, S.A. “Psicanálise e História: a história psicanalítica de Alain Besançon” in FIGUEIRA, S.A.; VELHO, G (orgs.) *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- _____. “Notas sobre a cultura psicanalítica brasileira” in FIGUEIRA, S.A. *Nos bastidores da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- FIGUEIREDO, A.C. “Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro 1970–1983”. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. PUC, 1984.
- _____. *Vastas confusões e atendimentos imperfeitos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- FOUCAULT, M. “Sobre a história da sexualidade” in FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. “Interview with Lucette Finas” in MORRIS, M. E PATTON, P (orgs.) *Michel Foucault: Power, truth and strategy*. Sidney: Federal publications, 1980.
- _____. “On the genealogy of ethics: an overview of work in progress” in DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- _____. “What is enlightenment?” in RABINOW, P (org.) *Foucault reader*. Nova York: Pantheon Books, 1984.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____.; WAHL, F.; VEYNE, P. “Présentation de ‘Des Travaux’” in ASSOCIATION POUR LE CENTRE MICHEL FOUCAULT. *Michel Foucault philosophe*. Paris: Seuil, 1989.
- JACO-VILELA, A.M.; JABUR, F.; RODRIGUES, H.B.C (orgs.) *Clio-Psyché: histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1999.
- KATZ, C.S. *Ética e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

- LANGER, M (comp.) *Questionamos 2. Psicanálise institucional e Psicanálise sem instituição*. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.
- _____; GUINSBERG, E.; PALACIO, J. *Memória, história e diálogo psicanalítico*. São Paulo: Traço, 1987.
- LAPASSADE, G. *Les chevaux du diable*. Paris: J.P. Delarge, 1974.
- LEVI, G. “Usos da biografia” in FERREIRA, M.M. ; AMADO, J (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LOURAU, R. *L’État inconscient*. Paris: Minuit, 1978.
- MEZAN, R. “Figura e fundo: notas sobre o campo psicanalítico” in *Percurso*. Nº 20, 1998(1).
- PASSOS, M.D., “O processo de legitimação do psicanalista: uma análise do Núcleo de Estudos e Formação Freudiana”. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. PUC, 1984.
- PERCIA, M. “Introducción al pensamiento grupalista en la Argentina y algunos de sus problemas actuales” in *Lo Grupal 7*. Buenos Aires: Búsqueda, 1989.
- RODRIGUES, H.B.C. “Psicanálise e Análise Institucional” in RODRIGUES, H.B.C.; LEITÃO, M.B.S.; BARROS, R.D.B (orgs.) *Grupos e instituições em análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- _____. “A oficina da história: método e ficção” in JACÓ-VILELA, A.M.; JABUR, F.; RODRIGUES, H.B.C (orgs.) *Clio-Psyché: histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1999.
- _____. “Sobre as histórias das práticas grupais: considerações sobre um intrincado problema” in JACÓ-VILELA, A.M.; MANCEBO, D (orgs.) *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999a.
- RUSSO, J. “Uma leitura antropológica do campo *psi*” in JACÓ-VILELA, A.M.; JABUR, F.; RODRIGUES, H.B.C (orgs.) *Clio-Psyché: histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1999.
- SLAVUTZKY, A. *Psicanálise e Cultura*. Petrópolis: Vozes, 1983.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEZZETTI, H. “Situación actual del Psicoanálisis” in LANGER, M (comp.) *Questionamos —1971. Plataforma-Documento: ruptura com: la A.P.A.* Buenos Aires: Búsqueda, 1987.